

# ECONOMIA E SOCIEDADE

TEXTOS SELECCIONADOS

---

**KARL  
POLANYI**

Edição preparada por  
Michele Cangiani e Claus Thomasberger

Tradução de  
Pedro Bernardo

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	
Michele Cangiani e Claus Thomasberger	13
I PARTE	
A VIENA VERMELHA	
1. SOBRE A LIBERDADE	31
Apêndice 1 – Dever e Ser em Marx	61
Apêndice 2 – [Efeitos da Alienação na Vida dos Indivíduos]	63
2. NOVAS REFLEXÕES SOBRE A NOSSA TEORIA E PRÁTICA	67
3. A TEORIA FUNCIONALISTA DA SOCIEDADE E O PROBLEMA DA CONTABILIDADE ECONÓMICA SOCIALISTA	81

ECONOMIA E SOCIEDADE

II PARTE  
A CRISE ECONÓMICA MUNDIAL  
E A ASCENSÃO DO FASCISMO

4. ECONOMIA E DEMOCRACIA	95
5. O MECANISMO DA CRISE ECONÓMICA MUNDIAL	103
6. A ESSÊNCIA DO FASCISMO	125
7. O VÍRUS FASCISTA	161

III PARTE  
SOBRE MARX E AS RAÍZES CRISTÃS  
DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

8. FASCISMO E MARXISMO	183
8.1. Fascismo e terminologia marxiana	183
8.2. O marxismo reformulado	188
9. MARX SOBRE O CORPORATIVISMO	197
10. COMUNIDADE E SOCIEDADE. A CRÍTICA CRISTÃ À NOSSA ORDEM SOCIAL	209
11. CRISTIANISMO E VIDA ECONÓMICA [Apêndice]* – Esboço de Declaração de um Grupo da Esquerda Cristã	223 236

IV PARTE  
A GRANDE TRANSFORMAÇÃO,  
FILOSOFIA POLÍTICA E DEMOCRACIA

12. JEAN-JACQUES ROUSSEAU, OU SERÁ UMA SOCIEDADE LIVRE POSSÍVEL?	241
---	-----

ÍNDICE

13. O PLANO GERAL DO HOMEM COMUM	255
14. O SIGNIFICADO DE DEMOCRACIA PARLAMENTAR	269
15. A NOSSA MENTALIDADE DE MERCADO OBSOLETA. A CIVILIZAÇÃO TEM DE ENCONTRAR UM NOVO PADRÃO DE PENSAMENTO	283

V PARTE  
ALINHAMENTOS NA CENA INTERNACIONAL

16. PORQUÊ DESNORTEAR A RÚSSIA?	305
17. O PARTIDO TRABALHISTA BRITÂNICO E OS <i>NEW DEALERS</i> AMERICANOS	321
18. CAPITALISMO UNIVERSAL OU PLANEAMENTO REGIONAL?	327

VI PARTE  
PARA UM ESTUDO COMPARADO  
DAS INSTITUIÇÕES ECONÓMICAS

19. DA CRENÇA NO DETERMINISMO ECONÓMICO	343
20. <i>THE LIVELIHOOD OF MAN</i> , INTRODUÇÃO	355
21. A FALÁCIA ECONOMICISTA	371
22. OS DOIS SIGNIFICADOS DE <i>ECONÓMICO</i>	387
23. A ECONOMIA INCRUSTADA NA SOCIEDADE	407

ECONOMIA E SOCIEDADE

PÓS-ESCRITO

24. HAMLET	423
NOTAS	441
ÍNDICE REMISSIVO	459

## INTRODUÇÃO

MICHELE CANGIANI E CLAUS THOMASBERGER

Karl Polanyi é considerado um dos cientistas sociais mais influentes dos nossos tempos. O seu livro seminal, *A Grande Transformação*, integra o rol dos clássicos do século xx. Polanyi foi inicialmente reconhecido como antropólogo económico e historiador. Mais tarde, a sua obra passou a integrar o discurso de disciplinas como a Sociologia, o Direito e a Ciência Política. Por fim, e em especial desde o começo da crise económica e financeira em 2007–2008, tornou-se um ponto de referência indispensável para uma discussão pública mais lata. Em todo o mundo, há intelectuais proeminentes que o referem como fonte de inspiração. Com base nos seus textos, economistas, cientistas sociais e activistas passaram a contestar as tendências actuais da globalização, privatização e desregulação de cariz neoliberal. O relatório *Trade and Development Report* de 2016, da conferência das Nações Unidas com o mesmo nome, descreve a situação actual como «um “período Polanyi”, em que o quadro regulatório e normativo de que dependem os mercados saudáveis, já de si distorcido, está a começar a ceder (...) A confiança na liderança política está em mínimos históricos, precisamente quando nunca foi tão necessária uma acção política decisiva» (p. ii).

No discurso crítico, tornaram-se fundamentais as noções de Polanyi como «incrustação»<sup>(\*)</sup>, «movimento duplo», «mercadorias fictícias», «utopia liberal», «sistema de mercado que se auto-regula», «transformação» e «padrões de integração».

Na nossa era neoliberal, uma vaga inédita de investimento e produção globalizados, sustentada por uma «mentalidade de mercado obsoleta»<sup>(†)</sup>, minou as medidas de protecção interna, sem eliminar a tendência para a crise. A fragilidade do século XXI chama a atenção para a questão de como se pode proteger eficazmente a sociedade, a cultura e a natureza contra um sistema de mercado cada vez mais poderoso. Tal como Polanyi afirmou em 1947, «o modo como organizar a vida humana numa sociedade da máquina é a questão com que somos novamente confrontados»<sup>(‡)</sup>, e vimo-nos obrigados a repeti-lo nos nossos dias.

A estagnação económica, a desigualdade crescente, as ameaças ecológicas e tecnológicas, a degradação das instituições democráticas, a crescente influência dos partidos e políticos nacionalistas, as tensões culturais e religiosas, bem como os conflitos internacionais, ameaçam a ordem social estabelecida após a II Guerra Mundial. Prevalece o sentimento de os dirigentes políticos terem sido ultrapassados pelos acontecimentos, de que perderam o controlo da situação e que, por isso, se limitam a negar os conflitos e a ganhar tempo.

Polanyi não teria sido surpreendido pelos acontecimentos actuais – nem pelos ataques à democracia, nem pela revolta contra a globalização, a mercantilização e a perda de identidade cultural. Considerava o projecto liberal de separar institucionalmente o sistema de mercado e subordinar toda a sociedade às suas regras como nada mais do que uma primeira resposta, utópica e limitada em termos históricos, da Humanidade aos desafios de uma

---

(\*) *Embeddedness*, no original. Foi assim traduzido na edição portuguesa da obra (*A Grande Transformação*, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Edições 70, 2012) (N. T.).

## INTRODUÇÃO

civilização tecnológica. A sua análise do colapso do quadro institucional europeu do século XIX, a Grande Depressão, a ascensão do fascismo e as duas guerras mundiais suscitam comparação com a actual crise do arranjo institucional neoliberal<sup>(3)</sup>. Estaremos a assistir à desintegração política e social da versão neoliberal do século XIX da economia de mercado que resultou na Grande Depressão?

A última crise financeira expôs a fragilidade e as limitações da civilização moderna, trazendo, assim, a questão do futuro da sociedade de mercado para o centro do debate público. Em vida, Polanyi preocupou-se com a condição humana na organização social contemporânea. A importância perene dos seus textos depende da profundidade da sua intuição de que uma economia capitalista que requer mercados e oportunidades de investimento cada vez maiores é incompatível com a necessidade humana de relações sociais que se apoiam mutuamente e com uma utilização equilibrada dos recursos naturais.

Desprovidos da capa protectora das instituições culturais – afirma um passo amiúde citado de *A Grande Transformação*<sup>(4)</sup> – os seres humanos morreriam dos efeitos da exposição social; morreriam vítimas de uma deslocação social aguda, pelo vício, a perversão, o crime e a fome. A natureza ficaria reduzida aos seus elementos, os bairros e as paisagens conspurcados, os rios poluídos, a segurança militar em perigo, o poder de produzir alimentos e matérias-primas destruído.

Os textos de Polanyi incluídos nesta compilação são dos mais importantes que ele escreveu. Em décadas recentes houve partes relevantes da sua obra traduzidas em muitas línguas europeias e não-europeias. *A Grande Transformação* foi traduzida para 17 línguas. No entanto, grande parte da sua obra é quase desconhecida para os leitores de língua inglesa. Os seus textos em alemão não foram traduzidos para inglês. Ensaios e artigos importantes



que ele escreveu em inglês não foram reimpressos. Só alguns dos seus textos foram publicados recentemente<sup>(5)</sup>, e estão em curso as primeiras traduções para inglês de algumas obras que escreveu em alemão<sup>(6)</sup>. Mas vários aspectos do pensamento de Polanyi – documentados por textos inéditos ou difíceis de encontrar – aguardam ainda a atenção que merecem. Esta publicação visa colmatar essa lacuna.

### O ciclo de vida de Karl Polanyi

«A minha vida foi uma vida “mundial” – vivi a vida do mundo humano (...). A oposição que o meu mundo mental evocou finalmente é um bom sinal. Adoraria ter durado e estar na refrega, mas o Homem é uma coisa mortal»<sup>(7)</sup>. Polanyi escreveu estas palavras a um amigo de juventude em 1958. A sua vida fora de facto marcada por vicissitudes e convulsões na história mundial entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A riqueza de intuições na sua obra reflecte o seu trajecto de vida, que o levou da Hungria, onde cresceu, até Viena, Londres, os Estados Unidos, de novo até Inglaterra, novamente para os Estados Unidos e finalmente até ao Canadá. Durante grande parte da sua vida, ganhou a vida como jornalista e a dar aulas a adultos. Teve de esperar até 1947 para ser nomeado para um cargo académico, na Universidade de Colúmbia: em Inglaterra, apesar das suas referências impecáveis, não o consideravam qualificado. A *Grande Transformação* foi escrito na América e destinava-se, essencialmente, a um público anglo-saxónico. No entanto, as raízes do seu pensamento estavam na Europa Central, em especial na Hungria e na Áustria, onde vivera e trabalhara a maior parte da sua vida.

Apesar das condições sociais em transformação, que formaram o pano de fundo da sua actividade, há um fio condutor na obra de Polanyi. No centro de todos os seus estudos está a questão crucial de como vencer a desumanidade na sociedade moderna – devendo

## JEAN-JACQUES ROUSSEAU, OU SERÁ UMA SOCIEDADE LIVRE POSSÍVEL? (\*)

### 1.

Interpretações contrárias do paradoxo da liberdade dividem o nosso mundo em dois. Representam os cornos do dilema rousseauiano – o individualista e o totalitário. Tradicionalmente, são sintetizados na forma dos dois significados da democracia: liberdade e igualdade.

Mas a proposição de Rousseau era mais do que um paradoxo no campo traiçoeiro da filosofia política. O seu sistema tinha um conteúdo substantivo que transcendia as suas limitações formais. Isto tornar-se-á evidente através de uma simples análise lógica dos seus termos, que é necessária para se ter um entendimento pleno. Pois a todos os seus conceitos estava subjacente, tacitamente, a visão de um novo herói, cuja ascensão ele tinha como garantida, não só no campo da política, mas – coisa nunca antes imaginada – também no domínio da vida e da cultura. Este herói era o povo, validado como representante da Humanidade. Ele aclamava o povo como portador de todos os valores humanos: advogava

---

(\*) Ms., s.d. (mas 1953), KPA 18–24.

uma cultura popular, uma civilização que expressasse a vida real do povo. Descobriu no povo a fonte da vida colectiva – o seu fundamento emocional, imaginativo e religioso. Para Rousseau, isto também significava a rejeição dos valores emocionais, imaginativos e religiosos que não podiam ser partilhados pelo povo. Instituiu o povo como o padrão, e queria que o fosse. Uma cultura separada do povo, uma civilização exercida por uns quantos, era, para ele, uma contradição nos termos. A vida que idealizou devia ser uma vida vivida pelo povo.

Embora isto nunca seja afirmado explicitamente, esta visão era o corolário do Contrato Social. Ainda está por descobrir que reduza o fosso entre as implicações aparentemente incompatíveis da democracia rousseauiana. Numa cultura popular – entidade para a qual todos contribuímos –, a liberdade e a igualdade podem ser princípios não tão antagónicos como podem parecer na lógica pura. Regressaremos a este ponto no final.

É certo que a escala modesta do cantão suíço permitiu a Rousseau ir buscar soluções a uma *polis* antiga que dificilmente se adequavam às dimensões do mundo moderno. Aqui, prevalecem fenómenos de existência de massas que estão repletos de perigos *sui generis*. Além disso, as condições de uma civilização industrial dão azo a pressões inéditas no sentido da conformidade. Para ter água, luz e paz, milhões de pessoas indefesas dependem a toda a hora de um interruptor numa mão desconhecida. Um medo sem nome e sem forma faz com que insistam na necessidade de um poder ilimitado na sociedade. Uma feitiçaria de um pânico latente faz com que eles próprios apliquem uma uniformidade entorpecedora de visões e opiniões como caminho para a salvação. Estas questões ansiosas, o pesadelo dos nossos dias, ainda estavam fora do âmbito do problema da liberdade de Rousseau. No entanto, o dilema fundamental foi traçado por ele de um modo que ninguém pode contestar de ânimo leve. Iremos voltar a expô-lo à luz dos nossos tempos, em que uma cultura popular está de facto a atingir a maioridade. Fá-lo-emos em termos ligeiramente modernizados,

identificando claramente a Vontade Geral com a sobrevivência do grupo propriamente dito. Parecerá, então, que o modo como os factores naturalistas são combinados por ele com factores tratados de forma realista pode apontar para linhas de estudo do corpo político ainda por explorar.

O paradoxo da liberdade na sociedade não foi resolvido por Rousseau, embora ele tenha dado à ética moderna a matriz para a autonomia da personalidade. Mas mais importante do que tudo, ele tornou-se o profeta de uma cultura popular, fora da qual, nas convicções da época, nenhuma sociedade livre é possível.

A componente totalitária da sociedade resulta da lei naturalista da sobrevivência. Que reza assim:

Toda a sociedade humana se comporta de modo a garantir a sua sobrevivência, independentemente da vontade dos indivíduos que a compõem.

A componente individualista da sociedade resulta do princípio normativo da lei natural. Que reza assim:

Toda a sociedade livre ou legítima baseia o seu comportamento nas vontades das pessoas que a constituem.

Isto coloca um problema fundamental de ciência política: será possível uma sociedade livre ou legítima?

Nenhum dos dois postulados pode ser invalidado. O primeiro é pedido emprestado à ciência geral da sociedade. É considerado universalmente o ponto de partida para se entender o comportamento dos corpos sociais ou grupos propriamente ditos. O segundo postulado tem de ser incorporado pela ciência política; ao abandoná-lo, a ciência política abdicaria da sua pretensão de lidar com os princípios de direito político e as fontes da obrigação política.

A questão foi suscitada pela primeira vez pelos filósofos gregos. A sua resposta foi a teoria da *polis*. Mas, ao admitir a escravatura,

e ao não atribuírem aos trabalhos menores um estatuto idêntico, a *polis* evitou o cerne do problema.

Depois do grande *intermezzo* do mundo da Igreja, que não conhecia nem cidade nem Estado fora da Comunidade Cristã, Rousseau foi o primeiro a formular outra vez o problema da *polis*, desta vez na plenitude do seu alcance. Pois o mundo da Igreja desaparecera como actualidade e tornara-se uma mera memória literária; e Rousseau, ao contrário de Platão e de Aristóteles, não era membro de uma sociedade escravagista quando se pôs a questão. Por isso foi confrontado pelos dois postulados em todo o seu rigor: o princípio da sobrevivência e o princípio da liberdade.

A sua resposta repete o realismo dos Antigos. A forma de governo no Estado tem de se conformar às condições geográficas existentes e outras. Se não o fizer, a comunidade não pode sobreviver. Os hábitos e costumes, os modos e a moral da população têm de ser ajustados em conformidade. Se não o forem, não se pode esperar que os indivíduos desejem aquilo que faz com que a comunidade sobreviva.

Então, se não existe uma «melhor forma de governo»; nenhuma espontaneidade espontânea, nenhuma liberdade natural que possa fazer a sociedade sobreviver, a sociedade humana é um artefacto, embora de uma arte que é natural ao Homem. A liberdade só é possível se as disposições do povo forem de tal ordem que este queira trabalhar espontaneamente as suas instituições de uma forma que permita à sociedade sobreviver. Isto exige que a educação possa ser facultada pela comunidade e que todas as influências morais e psicológicas vindas da comunidade tendam a evocar tal disposição no povo.

Com esta resposta, Rousseau chegou ao ponto mais alto até então atingido pela ciência política. Ou melhor, com estas teses pode ter previsto níveis ainda desconhecidos do seu desenvolvimento.

2.

Entre os problemas morais de uma sociedade livre destaca-se o da dupla qualidade de cada indivíduo na sociedade.

Por definição, numa sociedade livre o povo é soberano. É ele que governa. O que serve a sobrevivência do povo é correcto. Cada membro da comunidade faz parte desse corpo governante. Enquanto membro desse corpo governante – nos tempos modernos, enquanto votante – nenhuma outra vontade é possível senão a vontade de sobrevivência da comunidade. Isto define um aspecto da situação do indivíduo.

Ao mesmo tempo, cada indivíduo também é governado; está sujeito à lei. Estando sujeito à lei, é ele que terá de trabalhar, falar, servir, lutar. Este é outro aspecto da sua situação. Como deve ele votar?

Ele vota enquanto membro de um corpo governante, o corpo que determina a lei; não vota enquanto indivíduo particular, sujeito à lei. Logo que entende este facto, percebe o significado da questão que se espera que resolva. Partindo do princípio de que o assunto é a guerra ou a paz, a questão é se ele, enquanto governante, acredita que a guerra ou a paz são preferíveis, no interesse do país. Não é se determinada pessoa quer participar na guerra. A sua sobrevivência física, nalguns casos até a integridade da sua personalidade moral, iria requerer que não quisesse participar. No entanto, desde que ele próprio acredite que, nesta fase, a guerra serviria o bem comum, estaria a mentir se votasse contra a guerra. Para o votante não há dilema, o problema moral está resolvido.

Rousseau chama à vontade de sobreviver a Vontade Geral (que é, claro); às vontades particulares de cada indivíduo chama a Vontade de Todos. Se os votantes estão bem informados sobre o assunto, ver-se-á que quererão quase todos o mesmo e proclamarão a Vontade Geral, seja a guerra ou a paz.

Chegámos à conclusão de que desde que os indivíduos expressem a sua vontade, e estejam informados, numa sociedade livre

a Vontade de Todos deve aproximar-se bastante da Vontade Geral.

Nas palavras de Rousseau (Livro II, cap. 3),

Se, quando o povo, estando munido de informação adequada, fizesse as suas deliberações, os cidadãos não tivessem comunicado entre si, a soma das pequenas diferenças daria sempre a vontade geral, e a decisão seria sempre boa.

### 3.

Como é óbvio, surge aqui um problema importante. A Vontade de Todos muitas vezes não irá coincidir com a Vontade Geral. Haverá uma minoria que vota de forma diferente da maioria. Como é que isto afecta as obrigações políticas?

A resposta de Rousseau é coerente. Só se cada indivíduo votar como pessoa isolada e independente é que será verdade que o denominador comum das suas vontades particulares tenderá a eliminar pequenas diferenças e produzir a Vontade Geral. Divergências pontuais anular-se-ão, e há-de prevalecer o interesse comum. Mas se as pessoas se juntarem em facções, grupos, partidos, «interesses», então já não estão a votar como indivíduos isolados. Pelo contrário, criaram lealdades e grupo. Têm a pequena Vontade Geral do seu grupo. E agora o número de votantes na realidade é tão grande como o número de facções ou grupos. Já não há razão para julgar que as diferenças se anularão e que a Vontade de Todos se aproxima da Vontade Geral. Por isso, Rousseau desaprova a formação de grupos de pressão numa sociedade livre. Atribuindo-lhe a paternidade da medida, em 1789 a Revolução Francesa dissolveu todas as corporações; em 1791, a filiação num sindicato passou a ser punida por lei.